

RESENHA

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. et al (Orgs.). **Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. 322 p.

Maria José da Silva Aquino

Universidade Federal do Pará (UFPA)

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Na zona rural ludovicense, desde o ano de 1996, vem se discutindo o projeto de constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Parte dos habitantes da zona rural de São Luís reivindica a qualificação de populações tradicionais argumentando que as características naturais da área, bem como a existência de um modo de vida construído ancestralmente, justificam a criação desta Reserva.

O ano de 2001, por outro lado, marcou a tentativa de instalação de um polo siderúrgico na capital maranhense, numa ação encampada pelos Governos Federal, Estadual do Maranhão e Municipal de São Luís. Tal polo seria composto por três grandes usinas siderúrgicas, com capacidade de produção de oito milhões de placas/ano cada, e uma gusaria. As negociações eram lideradas pela Vale, junto a grupos estrangeiros como Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês) e ThyssenKrupp (alemão) (AQUINO; SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Neste horizonte de disputas em virtude das diferentes lógicas de apropriação do território, configurou-se o conflito ambiental (ACSELRAD, 2004) e, sobretudo, a ambientalização de um conflito social (LEITE LOPES, 2004). Nesse sentido, ao território, distintos significados são atribuídos tanto pelas lideranças dos moradores tradicionais, quanto pelos entusiastas do polo siderúrgico, objetivando legitimar seus interesses e garantir o uso e controle territorial.

É imerso nesse quadro político-econômico e socioambiental, que o livro "Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim", é organizado por pesquisadores do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA): Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc); Carla Regina Assunção Pereira, bolsista pós-doc no PPGCSoc; Madian de Jesus Frazão Pereira e Elio de Jesus Pantoja Alves; estes últimos, professores do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC). O livro evidencia, através de vasta pesquisa documental e de campo, bem como

com amplo domínio sobre a temática dos conflitos socioambientais, que a querela ambiental no Maranhão e, especificamente, em São Luís, está na ordem do dia do debate público.

A obra divide-se em quatro sessões, a saber: "O território e questões territoriais"; "O modo de vida"; "Agentes individuais e coletivos"; e, por fim, "O desenvolvimento em questão".

O capítulo que abre a primeira sessão, "Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA", de Fernanda Cunha de Carvalho discute, a partir da Geografia, como o processo legal de tentativa de conversão de áreas rurais em industriais, via modificações na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís, favorece empreendimentos capitalistas ao custo de rupturas no equilíbrio ecológico.

O esforço de compreensão das dinâmicas conflitivas continua nesta parte do livro com o capítulo escrito por Allan de Andrade Sousa, "O ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís", que nos ajuda a compreender como o processo de modificação da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de São Luís - MA configurou-se como fator fundamental para a tentativa de implantação do polo siderúrgico. Partindo da noção de espetáculo de Guy Debord e dos discursos registrados no acompanhamento das audiências públicas realizadas, mostra como o projeto foi mitificado. Aliás, muito atual para este debate é rever como processos desta natureza foram observados por Celso Furtado (1983), já no início dos anos de 1970. Há quase quarenta anos, a realidade do predomínio dos interesses das grandes empresas já animava a reflexão sobre os significados do desenvolvimento em contexto de crise do Welfare State e de influência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), e, ainda assim, continua espetacularizado como símbolo do desenvolvimento e da modernização, a despeito da concretude crescente da crise ambiental (LEFF, 2004).

No campo da legislação ambiental, o capítulo de Ana Caroline Pires Miranda, "Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim", leva-nos a refletir sobre a regulação de Unidades de Conservação tendo como campo empírico a RESEX de Tauá-Mirim. Passando por documentos como a Constituição Federal de 1988, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a autora advoga a importância da legislação ambiental como instrumento de luta territorial das populações que habitam a área pleiteada para aquela Unidade de Conservação.

Abrindo a segunda sessão, “O modo de vida”, o capítulo de Rafael Bezerra Gaspar, “População tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís - MA”, promove um verdadeiro escrutínio acerca da categoria população tradicionais. O diálogo que o autor faz entre identidade e diferença a partir de referenciais empíricos (os habitantes da RESEX), socioantropológicos (como Stuart Hall) e institucionais (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais) permite compreender como a invenção da categoria populações tradicionais reflete a perspectiva de identidades coletivas que são construídas e afirmadas, principalmente em momentos de conflito e de crise.

Em “O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís - MA”, Elena Steinhorst Damasceno e Elizângela Maria Barboza reforçam a importância dos manguezais para as comunidades imersas no contexto da RESEX; as autoras buscam mostrar os benefícios oriundos de sua efetivação, que vão desde a garantia do uso e controle do território à manutenção do modo de vida.

Sislene Costa da Silva mostra, a partir do conceito de sociabilidade, que as relações, sejam intracomunitárias ou intercomunitárias, incorporam relações com o espaço. Eis então uma razão para pensar o espaço: ele ganha sentido enquanto dimensão social (MASSEY, 2008). Objetivamente, “Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na Comunidade Taim, São Luís - MA”, constitui-se em um trabalho etnográfico de grande valia, de quem, partindo do método descritivo, questiona e aborda teses referentes às imbricações existentes entre espaço, sociabilidade e recursos naturais.

Inaugurando a terceira sessão, “Agentes individuais e coletivos”, tem-se uma entrevista realizada por Ana Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar. Alberto Cantanhede, o entrevistado, conhecido popularmente como “Beto do Taim”, apresenta, de seu lugar de liderança, como a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim foi historicamente constituída na luta e no aprendizado de movimento social pela superação de questões de ordem socioambiental decorrentes de empreendimentos públicos e privados instalados na Zona Rural de São Luís.

No sentido de desinvisibilizar os sujeitos, segue-se, nessa seção, com Ana Maria Pereira dos Santos e Elizângela Maria Barboza entrevistando Maria Máxima Pires, conhecida como “Dona Máxima”, liderança comunitária do povoado Rio dos Cachorros e integrante do Movimento Reage São Luís. Trata-se aqui de demonstrar como a compreensão do modo de vida de populações tradicionais conflita com os empreendimentos econômicos, signos da modernização e do desenvolvimento.

Encerrando a terceira sessão, Raphael Jonathas da Costa Lima reflete sobre os conflitos ambientais na Zona Rural de São Luís sob o prisma dos Movimentos Sociais. Nesse sentido, “Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do Reage São Luís”, constitui-se tanto em memória sistematizada, quanto em oportunidade de exercício de imaginação sociológica sobre a organização da sociedade civil em seu caráter político, transclassista e fiscalizador no debate público sobre o Polo Siderúrgico de São Luís.

Na quarta sessão, “O desenvolvimento em questão”, o capítulo “Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global”, de Lenir Moraes Muniz e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, nos remete a como historicamente se configura a crise socioambiental, consequência da racionalidade desenvolvimentista capitalista. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável reflete a busca de se conciliar teórica e praticamente crescimento econômico e proteção ambiental, os autores, dialogando com grandes nomes da temática ambiental mundial e brasileira procuram mostrar as impossibilidades da realização de tal projeto.

Na sequência, encontramos com leitura leve e incisiva proporcionada por Bartolomeu Rodrigues Mendonça ao abordar sociologicamente o encontro e o confronto de referências temporais na espacialização da atividade industrial na Amazônia brasileira. Utilizando as categorias “Tempo da Natureza” e “Tempo do Aço”, o autor aborda como os diferentes tempos coexistem de maneira conflitiva na Amazônia.

E para finalizar o painel de desafios, o livro traz um artigo de Antonio Marcos Gomes e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior: “A Questão Ambiental numa indústria de Alumínio”. Os autores tomam como referência empírica estratégias de legitimação da indústria do alumínio no Maranhão, representada pelo Consórcio Alumar. Chamam a atenção para estratégias atinentes a: 1) significados da preocupação ambiental de grandes empreendimentos como resultado da chamada cultura de negócios e tecnologias gerenciais e 2) significados da transformação de experiências de conflito em comunidades de aprendizado: o que pode permitir certo anestesiamiento do conflito e a utilização disso como demonstrativo da eficácia de ações empresariais pela Responsabilidade Socioambiental.

A contribuição dos estudos reunidos na obra é indubitável. Uma contribuição que antes de tudo enfrenta o mito da produção de conhecimento asséptico, com relação a valores e posição política, sendo ao mesmo tempo exemplar no que tange à responsabilidade e à competência na utilização de ferramentas de análise sociológica numa relação dialógica com as pessoas, os sujeitos, os contextos

que produzem situações socialmente significativas e ambientalmente saudáveis.

O livro apresentado pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), tratando da sidero-metalurgia e abordando a crise ambiental, materializada na oposição RESEX Tauá-Mirim e Polo-Siderúrgico, em linguagem clara que não nega a complexidade dos temas e questões considerados, torna-se atraente ao(s) público(s) especializado, ou não. É instrumento de conhecimento acadêmico e, também, de defesa dos que participam da realização do desenvolvimento e da modernidade ocupando posições em nada vantajosas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume; Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AQUINO, Maria J. S.; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, "Canga", Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Trad. Glória Maria VARGAS. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). **A "ambientalização" dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume; Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Maria José da Silva Aquino

Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Professora (Adjunto) da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará - UFPA
E-mail: mjaq@uol.com.br

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Discente do Curso de Geografia Licenciatura Plena e Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
E-mail: aj_ramone@hotmail.com

Universidade Federal do Pará - UFPA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.
Rua Augusto Correa, n. 01, Guamá
CEP: 66075-900 - Belém, PA .

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos portugueses, s/n, Bacanga - São Luís/MA
CEP: 65085-580 - São Luís, MA.